
ANÁLISE DE MATRÍCULAS COMO INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Alexandre Dido Balbinot

Arieli Hauber

Resumo: Este estudo analisou os indicadores da evolução do processo de inclusão escolar de sujeitos portadores de necessidades especiais no Estado do Rio de Janeiro no período entre os anos de 2005 e 2014. Trata-se de um estudo ecológico, utilizando dados secundários provenientes de Censos Educacionais. Na análise foram incluídos dados referentes às matrículas entre 2005 e 2014, provenientes de estabelecimentos de educação do Estado do Rio de Janeiro/ Brasil. Resultados: foram analisadas 80.842.482 matrículas da educação básica, sendo, mais especificamente, 420.300 da educação especial. Observou-se retração nas matrículas da educação básica em 2%, enquanto houve um aumento de 4% para aquelas caracterizadas como de educação especial. No que tange às modalidades de atendimento, observou-se redução nas matrículas em escola exclusivamente especializada em 13% e para as classes especiais em 6%, enquanto para classe comum houve aumento de 17%. Conclusão: podem-se elencar evidências que demonstram que a educação não está inerte, mas, sim, sensível às questões da educação especial e aperfeiçoando-se para atender os sujeitos com necessidades educacionais especiais através do modelo de educação entendido atualmente como de melhor valia para os sujeitos.

Palavras-chave: Educação especial. Necessidades educacionais especiais. Inclusão escolar. Rio de Janeiro/Brasil.

ANALYSIS OF ENROLMENT AS AN INDICATOR OF EVOLUTION IN RIO DE JANEIRO SPECIAL EDUCATION

Abstract: This study analyzed a development indicator in the process of school inclusion of individuals with special needs in the state of Rio de Janeiro between 2005 and 2014. Method: This was an ecological study using secondary data from educational censuses. In the analysis were included enrollment data between 2005 and 2014 from Rio de Janeiro State schools. Results: We analyzed 80,842,482 basic education enrollment entries, 420,300 of which specifically related to special education. There was a 2% decrease in basic education enrollment, whereas there was an increase of 4% for those characterized as special education. Regarding the modalities of care, there was a 13% enrollment reduction in exclusively specialized school and 6% decrease in special classes, while common class enrollment increased by 17%. Conclusion: there is evidence demonstrating that education is not inert, but sensitive to special education issues, and is thus improving to meet the individuals with special educational needs through the model of education today understood with the best value for the subjects.

Keywords: Special education. Special Educational Needs. School inclusion. Rio de Janeiro/Brazil.

Introdução

Para iniciarmos o processo de compreensão do contexto atual da inclusão escolar de pessoas com deficiência, analisando os tipos e índices de matrículas, é necessário pensarmos algumas mudanças históricas ocorridas. A imagem do sujeito com algum grau de deficiência, seja ela física, mental, sensorial, de desenvolvimento ou síndrômica, entre outras, vem se alterando com o decorrer dos séculos. Partimos do completo abandono à própria sorte, passando pela negação e ocultação dessa pessoa frente à sociedade e pela institucionalização para, apenas depois disso, aproximarmos-nos do cenário atual, no qual se encontram vigentes os conceitos de inclusão e equidade.

Um dos primeiros marcos legais que vem ao encontro da situação atual dos sujeitos com deficiências é a Declaração de Salamanca, assinada há pouco mais de 20 anos. Na conferência, da qual participaram mais de 80 países e que dispôs a respeito dos direitos destas pessoas e do compromisso dos Estados presentes em tal evento, entre eles o Brasil, buscou-se assegurar todos os recursos, materiais e humanos, necessários para que estes direitos sejam efetivamente cumpridos (SANTOS, 2000).

Outro direito que contribuiu para a imagem do deficiente na sociedade brasileira foi o benefício financeiro continuado, instituído pelo governo federal por meio do Decreto nº 6.214 (BRASIL, 2007), garantindo um suporte financeiro para estes sujeitos e suas famílias, variando de acordo com a autonomia do sujeito, quando adulto, para trabalhar e exercer atividades remuneradas, ou da incapacidade da família de atender as demandas desta criança com necessidades especiais (BRASIL, 2007).

Porém, o marco determinante para o cenário atual, onde temos as crianças e adolescentes com deficiência, inseridos dentro da classe regular, foi a resolução nº 4, de outubro de 2009 (BRASIL, 2009), que dispõe a respeito do atendimento educacional especializado (AEE), que deve funcionar como complementação e suplementação ao ensino fornecido em sala de aula regular por professores regulares. Tal atendimento deve conter recursos diferenciados a serem utilizados com os educandos por professor especializado, mas, em momento algum, dispensa ou substitui o atendimento recebido na sala de aula regular (BRASIL, 2009).

No estado do Rio de Janeiro, em 2011, foi aprovada a lei nº 5.554 (RIO DE JANEIRO, 2013) que dispõe sobre diretrizes para a educação especial na rede pública do estado e quanto à prioridade de vaga em escolas próximas à residência, oferta de formação continuada para professores, planejamento que estimule o desenvolvimento de crianças e adolescentes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação, entre outras (RIO DE JANEIRO, 2011).

Tais modificações sociais históricas e legislações também fizeram com que o tipo de atendimento dedicado aos sujeitos com deficiência fosse sendo alterado com o passar dos anos. Iniciou-se nas escolas especiais, locais que prometiam oferecer educação apenas às pessoas com deficiência, com professores especializados, sendo que os relacionamentos sociais eram estabelecidos entre as diferentes síndromes ou deficiências (LEONARDO, BRAY E ROSSATO, 2009).

Algum tempo depois, com a perspectiva de que os sujeitos poderiam apresentar evoluções mais significativas quanto na interação com pares sem necessidades especiais, considerou-se que as classes especiais eram a solução. Uma turma de pessoas com deficiência, ministrada por professora especializada, dentro das escolas regulares, passou, então a ser a forma de atendimento utilizada (MORI E MARTINEZ, 2007; PARANÁ, 2004).

Porém, percebia-se a exclusão desses sujeitos dentro daquele contexto, passando-se, assim, a pensar-se a inclusão de fato, incluindo esses sujeitos dentro de suas possibilidades, nas escolas regulares, dentro das classes regulares. Desta forma, conseguiam realizar trocas com os pares sem deficiência na totalidade do tempo em que se encontravam no ambiente escolar e não apenas em breves momentos, conforme ocorria nos tempos de classes especiais (BRASIL, 2011). Tendo em vista a perspectiva da educação especial apresentada, este trabalho objetiva analisar os indicadores da evolução do processo de inclusão escolar de sujeitos portadores de necessidades especiais no Estado do Rio de Janeiro no período entre os anos de 2005 e 2014.

Método

Trata-se de um estudo do tipo ecológico e que analisa uma série histórica de dados secundários compostos por dados provenientes dos Censos Educacionais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através do seu domínio <http://portal.inep.gov.br>. Foram incluídas nesta pesquisa as quantidades de matrículas oriundas dos estabelecimentos de ensino localizados no Estado do Rio de Janeiro/Brasil, entre os anos de 2005 e 2014, contemplando as diferentes esferas administrativas (pública e privada).

A coleta dos dados foi realizada no mês de novembro de 2015. Para isto, efetuou-se o download dos arquivos com dados de cada ano de Censo Educacional. Foram coletadas dentro das sinopses de cada ano as informações referentes às quantidades de matrículas na educação especial; nas escolas especiais, nas classes especiais em escola regular, nas classes regulares em escola regular, na educação

básica; assim como a estratificação destes dados para o tipo de rede de ensino (pública ou privada).

Os dados de interesse foram tabulados por meio do programa Excel 2011 e a análise ocorreu através do programa Stata 11. A análise inferencial foi composta pelos seguintes testes estatísticos: Correlação de Spearman, Regressão de Poisson robusta. Empregou-se Intervalo de Confiança de 95% e o nível de significância adotado foi de $p < 0,001$.

Aspectos éticos

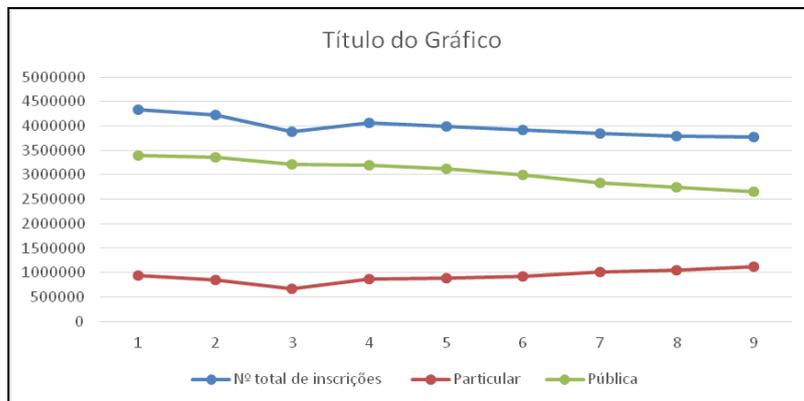
Por se tratar de um estudo que utilizou dados secundários, e de domínio público, estando as informações passíveis de aquisição por toda sociedade publicadas no endereço <http://portal.inep.gov.br>, não foi identificada a necessidade de submissão do presente estudo para apreciação por comitê de ética em pesquisa.

Resultados

A análise foi composta por 80.842.482 matrículas na rede de educação do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente, foram 420.300 matrículas provenientes da educação especial, sendo 101.437 oriundas de escolas exclusivamente de ensino especial e 87.072 provenientes de classes especiais em estabelecimentos de ensino regular, além de outras 231.791 matrículas da classe regular em estabelecimentos de ensino regular.

A média de matrículas anual ao longo do período estudado para a educação básica foi de 3.958.064 (DP=200.602,4) inscrições por ano, tendo ocorrido o maior número de inscrições no ano de 2005 com 4.333.151 matrículas, enquanto no ano de 2014 evidenciou-se o menor valor, de 3.715.402 inscrições. Estratificando-se estes dados por dependência administrativa das instituições, observou-se que a rede privada apresentou uma média 945.757,9 (DP= 142.192,8; 676.818-1.158.837) inscrições por ano, diferentemente da rede pública que apresentou média anual de 3.012.306 (DP= 297.908,4; 2.556.565-3.399.170). A evolução das matrículas na educação básica por dependência administrativa dos estabelecimentos de ensino é apresentada no Gráfico 1.

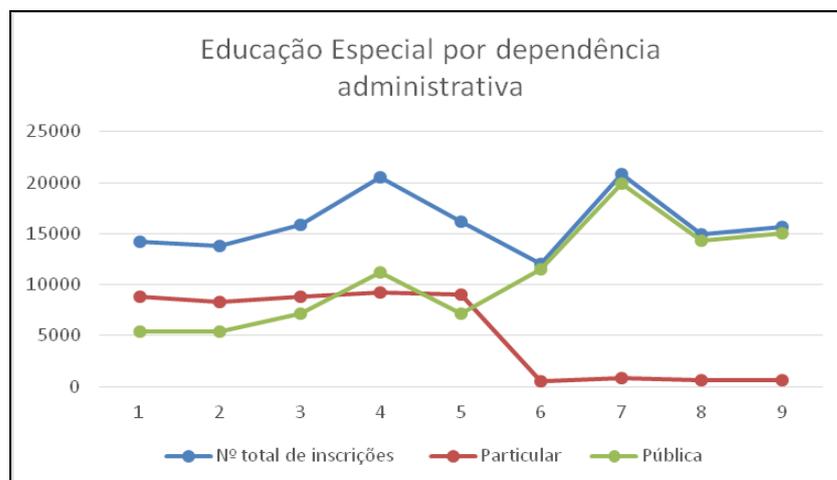
Gráfico 1: Matrículas no ensino básico entre 2005 e 2014 no Estado do Rio de Janeiro/ Brasil por dependência administrativa da instituição de alocação da matrícula.



Fonte: dados da pesquisa

Ao abordar-se somente a educação especial, observou-se média de matrículas ao longo do período, de 42.030 (DP=5.925,22) inscrições por ano, ocorrendo o maior valor (51.471) no ano de 2014 e o menor valor (34.335) foi observado no ano de 2005. Destas matrículas, estratificando os dados por dependência administrativa, ocorreram em média 9.216,8 (DP=1.960,00; 7.503-12.173) inscrições anuais na rede privada de ensino, enquanto que foram 32.813,2 (DP= 7.415,25; 22.300-43.763) inscrições por ano na rede pública. O Gráfico 2 apresenta a evolução das matrículas totais para a educação especial, assim como para cada rede de ensino.

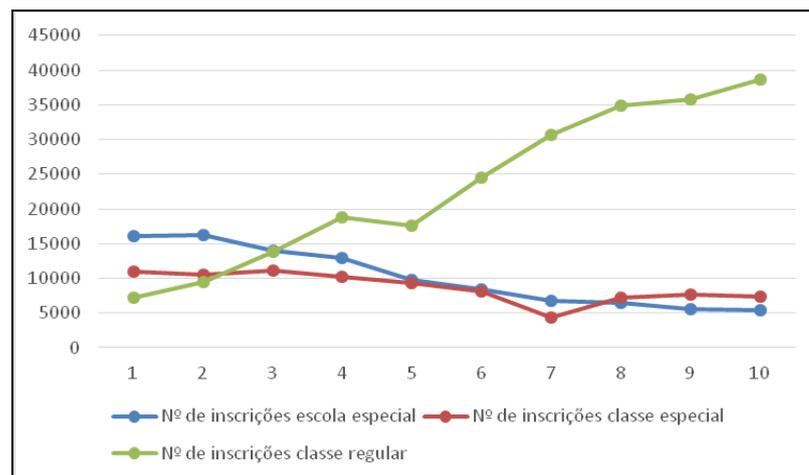
Gráfico 2: Matrículas referentes a educação especial entre 2005 e 2014 no Estado do Rio de Janeiro/ Brasil por dependência administrativa da instituição de alocação da matrícula.



Fonte: dados da pesquisa

Estratificando-se os dados por modalidade de atendimento, observou-se média anual de inscrições para educação especial em escolas exclusivamente especializadas de 10.143,7 (DP= 4.285,31), havendo o ápice de inscrições no ano de 2006 (16.173) e o menor contingente de inscrições no ano de 2014 (5.464). Referente às matrículas em classe especial do ensino regular, observou-se o ápice de matrículas no ano de 2007 (11.146) e o menor valor (4.384) no ano de 2011, período que teve em média de 8.707,2 (DP= 2.148,58) inscrições por ano. Por fim, as matrículas em classe comum do ensino regular tiveram em média 42030 (DP= 5.925.22), sendo que o ápice ocorreu no ano de 2014 (51.471) e a menor quantidade (34.335) em 2005. O Gráfico 3 apresenta a evolução das matrículas da educação especial por modalidade de atendimento.

Gráfico 3: Matrículas referentes a educação especial por modalidade de atendimento entre 2005 e 2014 no Estado do Rio de Janeiro/ Brasil.



Fonte: dados da pesquisa

Ao longo do período temporal estudado, foi observada uma retração significativa na quantidade total de matrículas na rede de educação básica ($p < 0,001$), com percentual de diminuição em torno de 2,0%, semelhante ao evidenciado na rede de ensino público ($p < 0,001$). A rede privada não apresentou modificação significativa ($p = 0,001$).

Já referente às matrículas de educação especial, evidenciou-se aumento significativo do total de matrículas ($p < 0,001$) com percentual aproximado de 4%. Aumento também foi observado para as instituições de dependência administrativa pública ($p < 0,001$) em 8%, enquanto para as instituições privadas, houve retração de 6% ($p < 0,001$).

Ainda na educação especial, porém, mais especificamente referente às modalidades de atendimento, evidenciou-se diminuição significativa nas inscrições em escola exclusivamente especializada em 13,0% ($p < 0,001$), sendo que na rede pública este percentual foi de 9,0% ($p < 0,001$) enquanto na rede privada esta redução foi de 16,0% ($p < 0,001$).

Para as classes especiais no ensino regular, foi observada retração na quantidade de matrículas ($p < 0,001$) em cerca de 6%. As matrículas em instituições públicas também apresentaram diminuição significativa ($p < 0,001$) com o mesmo percentual de retração, 6%. Para as instituições privadas não houve modificação significativa ($p = 0,94$). Já referente às matrículas em classe comum da rede regular de ensino, houve aumento estatisticamente significativo com 17,0% ($p < 0,001$) de incremento no total, enquanto para a rede privada houve aumento de 19% ($p < 0,001$), e para a rede pública 18% ($p < 0,001$).

Tabela 1: Análise da evolução das matrículas entre 2005 e 2014 no Estado do Rio de Janeiro/ Brasil através de Regressão de Poisson Robusta.

Variável	RP	IC 95%	P
Nº de inscrições no Ens. Esp. em escola especial			
Total	0,87	0,85-0,88	<0,001
Privada	0,84	0,82-0,86	<0,001
Pública	0,91	0,89-0,93	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial			
Total	0,94	0,91-0,96	<0,001
Privada	0,96	0,91-1,00	0,094
Pública	0,94	0,91-0,96	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe regular			
Total	1,17	1,14-1,21	<0,001
Privada	1,19	1,13-1,25	<0,001
Pública	1,18	1,15-1,22	<0,001
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.			
Total	1,04	1,04-1,05	<0,001
Privada	0,94	0,92-0,95	<0,001
Pública	1,08	1,07-1,08	<0,001
Nº Total de inscrições no ensino básico			
Total	0,98	0,98-0,99	<0,001
Privada	1,04	1,02-1,07	0,001
Pública	0,97	0,96-0,97	<0,001

Fonte: dados da pesquisa

Foi observada correlação positiva entre os valores de matrículas totais na educação básica com os valores de matrículas na modalidade de escola exclusivamente especializadas do ensino especial. Também houve correlação significativa do total de matrículas da educação básica com o número de matrículas na modalidade de atendimento em classe regular do ensino especial, porém, correlacionando-se negativamente. As correlações são descritas na Tabela 2.

Tabela 2: Análise da correlação entre as matrículas no ensino básico e as matrículas na educação especial entre 2005 e 2014 no Estado do Rio de Janeiro/ Brasil segundo teste de correlação de Spearman.

Nº Total de inscrições no ensino básico		
	Spearman's rho	P
Nº de inscrições no Ens. Esp. em escola especial	0,915	<0,001
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe especial	0,709	0,022
Nº de inscrições no Ens. Esp. em classe regular	-0,891	<0,001
Nº Total de inscrições no Ens. Esp.	-0,867	0,001

Discussão

Houve retração das matrículas da educação básica, possivelmente relacionada à modificação do perfil demográfico da população, conforme observável através das estimativas do tamanho populacional para a faixa etária foco da escolarização. Estes dados estão disponíveis, entre outros lugares, no site do DATASUS. Este decréscimo é corroborado também por estudo realizado no estado de Santa Catarina, tendo este empregado metodologia semelhante à do presente estudo (BALBINOT E HAUBERT, 2015).

Mesmo com a retração das matrículas da educação básica, é interessante observar que houve aumento da demanda de atendimento da educação especial. Podemos considerar que o aumento das matrículas na educação especial deu-se em virtude da ampliação dos atendimentos das classes comuns do ensino regular. Este pensamento provém da redução das matrículas da educação especial em escolas especializadas e em classes especiais, em contraponto ao fenômeno de ampliação observado nas matrículas especiais em classes comuns (CASTRO E DALL'ACQUA, 2013; BUCCIO E GISI, 2014).

Além disto, observa-se uma gritante modificação no perfil dos atendimentos da educação especial. Em 2005 eram observadas as escolas especiais como representantes do maior contingente de atendimentos da educação especial,

enquanto as classes especiais continham o segundo maior volume de alunos e as classes comuns do ensino regular o menor percentual de matrículas. Já em 2014 inverte-se a lógica, com as classes comuns do ensino regular contendo o maior contingente de matrículas, e as escolas especiais o menor (KASSAR, 2011; GUIMARÃES, 2015).

Esta modificação no paradigma de atendimento está em consonância ao proposto pelas políticas públicas e ao decreto nº 7.611, de 2011, que dispõe a respeito das novas diretrizes nacionais para a educação especial, determinando a inserção em classe regular e suplementação e complementação adequada a cada sujeito através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), além dos recursos que devem ser disponibilizados pelo Estado (BRASIL, 2011).

Ao abordar a dependência administrativa das instituições de ensino, podemos evidenciar que a evolução positiva, com aumento das matrículas da educação especial deu-se em virtude principalmente das instituições públicas, demonstrando que as diferentes esferas governamentais têm construído estratégias para a efetivação da inclusão escolar de sujeitos com necessidades educacionais especiais (SALVI, 2008; SOTO et al., 2012).

Em contrapartida, não houve, em relação à educação privada, o aumento das matrículas da educação especial, sendo que, para o mesmo período, houve aumento significativo das matrículas totais destas instituições. Este fato pode decorrer principalmente da necessidade de maior investimento para a contratação de profissionais especializados e da aquisição de materiais diferenciados, além da concepção de educação, bastante diferenciada da visão tida nas escolas públicas (SOUZA, 2010; GOMES e REY, 2007).

Ainda assim, as instituições privadas parecem estar sendo tencionadas a modificar seu modelo de atendimento. Esta concepção é reforçada pela retração nas matrículas em escolas e em classes especiais e no aumento em classes comuns. Todavia, a velocidade da ampliação das matrículas nas classes comuns parece estar aquém da necessária para a compensação pela retração nas outras modalidades de atendimento (GARRIDO, 2015)

Os dados aqui elencados trazem à tona, mais uma vez, a discussão sobre a educação especial e os caminhos que estão sendo percorridos. Mesmo com limitação em decorrência da variedade de dados disponibilizados pelos censos, e da impossibilidade da avaliação da qualidade do serviço prestado, pode-se avaliar a modificação no paradigma de atendimento e a grandeza destas alterações.

Considerações finais

O tratamento dado aos sujeitos com necessidades especiais tem se modificado ao longo das décadas, sendo que, nos últimos anos, as discussões acerca do atendimento prestado e dos direitos destes têm sido ampliadas com foco na inclusão nos diferentes segmentos da sociedade.

Os reflexos dos debates sociais e políticos aparecem fortemente na educação. Leis, decretos, entre outros acordos já estão consolidados e garantem a inclusão dos sujeitos nos estabelecimentos de ensino; todavia, a efetivação prática é um pouco mais lenta e ainda não está concretizada.

Mesmo assim, pôde-se aqui, elencar evidências que demonstram que a educação não está inerte, mas sim, sensível às questões da educação especial e aperfeiçoando-se para atender as demandas dos sujeitos com necessidades educacionais especiais através do modelo de educação entendido atualmente como de melhor valia para estas crianças e adolescentes.

Referências

BALBINOT, Alexandre Dido; HAUBERT, Arieli. Demanda de atendimento hospitalar de crianças e adolescentes por uso de substâncias psicoativas em Santa Catarina entre 2000 e 2014. In *Anais da Mostra de iniciação científica do CESUCA 2015*; Cachoeirinha/RS. 2015.

BRASIL, Ministério da educação. *Resolução nº 4*, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília, DF: 2009.

BRASIL, Presidência da República, Casa civil. *Decreto nº 6.214*, de 26 de setembro de 2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do decreto nº 3.038, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Brasília, DF: 2007.

BRASIL, Presidência da República, Casa civil. *Decreto nº 7.611*, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: 2011.

BUCCIO, Maria Isabel; GISI, Maria Lourdes. Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. In: *Anais do X Anped Sul*, Florianópolis, 2014.

CASTRO, Vanessa Dias Bueno; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza. Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012. In: *Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial*. Londrina, 2013.

GARRIDO, Solenilda Guimarães; Um panorama sobre a educação inclusiva no Brasil – Uma política de atendimento educacional ou uma mera prestação de serviços? In: *Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd*, Florianópolis, 2015.

GOMES, Claudia; REY, Fernando Luis Gonzalez. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. *Psicol. Ciênc. Prof.*, Brasília, v. 27, n. 3, 2007.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Special education on the perspective of inclusive education: implementation.* 2011.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; BRAY, Cristiane Toller; ROSSATO, Solange Pereira Marques. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. *Rev. bras. educ. espec.* [online], v.15, n.2, 2009.

MORI, R.; MARTINEZ, E. C. Prática Pedagógica e Inclusão: um estudo com classe especial. In: *Anais do 16º Congresso de Leitura do Brasil*, Campinas: SP, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Instrução nº 03/04.* Estabelece critérios para o funcionamento da CLASSE ESPECIAL de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, na área da Deficiência Mental. Paraná, 2004, 6p.

RIO DE JANEIRO, (Estado). *Lei nº 5.554.* Estabelece diretrizes para a inclusão educacional de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2013.

SALVI, Inez. A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional. *Revista Leonardo da Vinci*, v. 1, n. 2.

SANTOS, M. P. dos. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. *Integração.* Ano 10, N. 22, 2000.

SOTO, A. P. O. M. et al. Financiamento da educação especial no Brasil na arena do público e do privado. *Poiésis – Revista do programa de pós-graduação em educação da Universidade do Sul de Santa Catarina*, v. 6, n. 10, 2012.

SOUZA, D. C. B. *A inclusão na perspectiva da organização pedagógica de escolas públicas e privadas.* 2010. 169 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010.

Sobre os autores

Alexandre Dido Balbinot é Mestre em Saúde Coletiva (UNISINOS), Especialista em Saúde Coletiva com ênfase em Saúde Mental Coletiva (RIS/ESP/HPSP), Especialista em Avaliação e Prescrição de Treinamento Físico Personalizado com ênfase em Rendimento e Saúde Coletiva (ESEF/UFRGS), Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) (CACHOEIRINHA/RS).

Arieli Hauber é Graduanda do curso de Psicologia da CESUCA. Educadora social da EMEF Prof. Ivo Rech de Cachoeirinha/RS.

Recebido em: 05/1/2016

Aceito para publicação: 12/7/2017